

**A IMPORTÂNCIA DAS PESQUISAS EM EDUCAÇÃO ESPECIAL COM ABORDAGEM
NA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

Marcela Luzio Ferreira Moquiuti
marcelahistur@gmail.com
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

EIXO TEMÁTICO: Políticas Educacionais, Inclusão, Acessibilidade e Interface

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar o levantamento do quantitativo de Pesquisas sobre a Educação Especial nos Programas de Pós- Graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS, considerando a necessidade de avançar nas pesquisas na área e localizar trabalhos que tratam sobre a temática na Educação Superior e retratam a complexidade do universo acadêmico. O tema abordado tem o aporte de dispositivos legais que asseguram a inclusão da pessoa com deficiência, como a Constituição Federal de 1988, o Decreto nº 7.611/2011, o Estatuto da Pessoa Com Deficiência (Lei nº 13. 146/2015) e Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e a aplicação desta legislação na inclusão dos acadêmicos na Educação Superior. O Critério utilizado para selecionar as pesquisas, se baseou em trabalhos que tratam do público da educação especial definido pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008). A realização do levantamento de Dissertações dos programas de Pós-Graduação nas áreas da Saúde, Educação e Humanas confirmou que ainda existem poucas pesquisas na área da Educação Especial na Educação Superior (69 trabalhos, e apenas 2 abordam a temática na Educação Superior) e apesar da maioria das pesquisas levantadas com abordagem na Educação Básica constituírem um acervo valioso da UEMS, os resultados sinalizam a necessidade de aumentar o quantitativo de pesquisas na área da Educação Especial com abordagem na Educação Superior, dado o crescimento do público da Educação Especial neste âmbito. Crescimento que justifica a necessidade de adensar as discussões sobre a organização dos atendimentos aos acadêmicos da educação especial e as pesquisas na área tem papel relevante nesta direção.

Palavras-chave: Educação Especial. Pesquisas. Educação Superior.

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo levantar o quantitativo de pesquisas na área da Educação Especial nos Programas de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, com vistas a identificar trabalhos que discutem a temática na Educação Superior e a princípio apresentar os dispositivos legais que preconizam a inclusão das pessoas público da Educação Especial para a compreensão da importância das discussões que envolve a temática.

A reflexão sobre a temática na Educação Superior constitui grande contribuição para área da educação, pois as pesquisas na área da educação especial em sua maioria retratam a realidade da

SEMANA DE INCLUSÃO DE UEMS

educação básica, e discutir a temática na educação superior é fundamental diante do crescimento de acadêmicos da educação especial em diferentes cursos, seja na modalidade presencial ou à distância.

Esta realidade pode ser confirmada pela estatística do censo da Educação Superior referente a Educação Especial que passou de 5.130 alunos na Educação Superior em 2015 para 79.262 em 2022, Inep (2023). Sendo assim, existe a necessidade de discutir cada vez mais sobre fatores que asseguram a inclusão escolar, como a acessibilidade dos espaços da universidade e o acesso ao conhecimento garantido pela Constituição de 1988. Para Góes e La Plane (2007) os desafios da inclusão escolar são das mais variadas ordens:

[...] estão ligados à organização da nossa sociedade, aos valores que nela prevalecem às prioridades definidas pelas políticas públicas, aos meios efetivamente disponibilizados para a implantação dessas políticas, aos fatores relacionados a formação docente, as questões de infraestrutura e aos problemas vinculados à especificidade as diferentes condições que afetam o desempenho acadêmico e a formação pessoal de sujeitos que apresentam deficiências e outras características que os introduzem na categoria de alunos especiais. (Góes; La Plane, 2007, p. 2).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva” (Brasil, 2008), define as pessoas dessa modalidade de ensino:

[...] alunos com deficiência aquela que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade. Os alunos com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo estudantes com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil. Alunos com altas habilidades/superdotação demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes, além de apresentar grande criatividade, envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse. Também apresentam elevada criatividade, grande envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse [...] (Brasil, 2008 p.14).

E para a organização do atendimento a este público o Decreto nº 7.611/2011 que dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado prevê em seu Art. 1º as diretrizes que “garantem um sistema educacional inclusivo em todos os níveis; oferta de apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral e adoção de medidas de apoio individualizadas e efetivas”, dentre outras diretrizes que corroboram com o direito a educação.

No que se refere a Educação Superior, a Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) em suas diretrizes define este atendimento da seguinte forma:

SEMANA DE INCLUSÃO DE UEMS

Na educação superior, a educação especial se efetiva por meio de ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos alunos. Estas ações envolvem o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvam o ensino, a pesquisa e a extensão. (Brasil, 2008, 11).

Além da Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), a Lei nº 13.146/2015, assevera que as instituições de Ensino Superior devem promover práticas inclusivas, adaptação curricular, acessibilidade arquitetônica e assegurar a formação de profissionais para atender esses acadêmicos.

Neste sentido, considerando a breve apresentação do que dispõe os dispositivos legais sobre o público da educação especial aqui apresentados, a organização deste atendimento na educação superior é cada vez mais urgente. Basear-se em pesquisas sobre a temática na educação básica, mesmo que sejam relevantes, são insuficientes, pois a realidade do universo acadêmico é diferente das etapas da educação básica (ensino fundamental I e II).

MATERIAIS E MÉTODOS

A partir da apresentação de um breve histórico da legislação vigente sobre a Educação Especial que permite a compreensão da necessidade da organização do atendimento aos estudantes, este trabalho realizou um levantamento de dissertações dos Programas de Pós-graduações da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, a fim de localizar pesquisas que podem servir para adensar as discussões sobre Educação Especial na Educação Superior.

O levantamento foi realizado no site da UEMS, nos programas na área da saúde e humanas, a saber: Programa de Pós-graduação em Letras - Campo Grande MS, PROFELETRAS; Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação – Campo Grande MS, PROFEDUC; Mestrado Profissional em Ensino de História – Campo Grande MS, PROFHISTÓRIA; PROFLETRAS Rede Nacional; Mestrado em Educação – Paranaíba MS, PGDU; Mestrado Profissional em ensino de Saúde – Dourados MS.

O Critério para selecionar as pesquisas, foi baseado em trabalhos que tratam sobre público da educação especial, definido pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva” (Brasil, 2008).

RESULTADOS

Após o levantamento foram encontradas 69 (sessenta e nove) pesquisas na área da educação especial com os seguintes temas e quantitativo total de trabalhos por programas de Pós-Graduação na área de saúde, educação e humanas:

PROFELETRAS - Campo Grande MS: Surdez (4);

- PROFLETRAS - Dourados MS: Transtorno do Espectro Autista – TEA (1);
- PROFEDUC - Campo Grande MS: Política de Educação Especial, Transtorno do Espectro autismo, Deficiência Intelectual, Deficiência Física, Surdez, Deficiência Visual, Altas Habilidades/Superdotação (37);
- PROFHISTÓRIA – Campo Grande MS: Não houve pesquisa na área (0);
- PGDU - Paranaíba: Política de Educação Especial, Transtorno do Espectro autismo, Deficiência Intelectual, Deficiência Física, Surdez, Deficiência Visual (24);
- Mestrado Profissional de Ensino de Saúde: Transtorno do Espectro Autista (3);

As pesquisas levantadas discutem a Educação Especial e contemplam as Deficiências, Transtornos Globais do desenvolvimento e Altas habilidades/Superdotação, no entanto apesar de serem relevantes para a Educação Especial, para a organização do Atendimento Educacional Especializado, a maioria dos trabalhos se tratam da Educação Especial na Educação Básica, pois foram encontrados apenas 2 (dois) trabalhos que abordam a Educação Especial na Educação Superior, no Programa de Mestrado em Educação em Paranaíba MS.

É válido destacar que a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, oferece o curso de Pós-Graduação/ Lato Sensu em Educação Especial na modalidade à distância e muitas discussões sobre a educação especial são desenvolvidas no curso, no entanto, apesar da importância, não se tratam de pesquisas aprofundadas por constituírem artigos científicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo apresentar o levantamento de pesquisas na área da Educação Especial dos Programas de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, considerando a necessidade em avançar nas pesquisas área, sobretudo com abordagem na Educação Superior.

Para a discussão, a princípio, este resumo apresentou os dispositivos legais sobre a Educação Especial que garantem o direito à educação e dispõe sobre o atendimento ao público da educação Especial no Brasil.

SEMANA DE INCLUSÃO DE UEMS

O levantamento realizado constatou que apesar da UEMS contar com pesquisas de grande relevância na área da Educação Especial, foi identificado apenas 2 (dois) trabalhos que discutem a temática Educação Especial no Ensino Superior.

Neste sentido, existe a necessidade em adensar as discussões sobre a Educação Especial na universidade com vistas na organização do atendimento ao acadêmico público da educação especial, levando em consideração a complexidade da universidade e as exigências dos cursos superiores, como estágios supervisionados, apresentações de seminários e a realização de projetos, dentre outras exigências que precisam ser cuidadosamente planejadas para garantir de fato a inclusão e o acesso ao conhecimento. Portanto, trabalhos que trazem à tona reflexões sobre a complexidade da universidade podem representar maior contribuição na organização dos atendimentos do público da Educação Especial.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 13 out 2024.

BRASIL. **Decreto n.º 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011/2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 13 out 2024.

BRASIL. **Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 13 out 2024.

BRASIL. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 13 out 2024.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. 2008. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP., p.15, 2008.

GÓES, M.C.R; LAPLANE, A. L. F. de (Orgs.). **Políticas e práticas de educação inclusiva**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2007 (Col. Educação Contemporânea).

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior**. Brasília, DF, 2022. Disponível: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-da-educacao-superior> > Acesso em: ago de 2025.